



Foi realizada, no dia 17 de maio de 2016, a reunião ordinária do CD EPSJV.

1 – Conselho de Política Editorial (CPE): Homologação das normas para publicação e fluxo de tramitação

O CPE solicitou ao CD EPSJV que retire da pauta de discussão os dois novos itens que haviam sido propostos pelo CPE para inclusão nas normas de publicação e fluxo de tramitação, durante a reunião do CD EPSJV do dia 3 de maio. As propostas eram as seguintes:

- 1 - A submissão de uma obra ao CPE pressupõe que a mesma não será submetida de forma paralela e concomitante a outros conselhos editoriais.
- 2 - Salvo por motivo de desistência da publicação, não cabe a retirada dos originais de um livro do processo de avaliação do CPE antes que ele seja concluído.

O CPE decidiu amadurecer a discussão sobre esses pontos antes de propor novamente a inclusão deles nas normas.

O coordenador do CPE, André Dantas, fez alguns esclarecimentos sobre as questões de direitos autorais, a dinâmica de indicação de pareceristas para uma publicação e o processo de aprovação dos pareceres durante as reuniões do CPE.

André esclareceu que, para agilizar a tramitação das obras no CPE, quando não há possibilidade de definir os pareceristas nas reuniões ordinárias (que acontecem uma vez por mês), a coordenação do CPE consulta os membros do CPE por e-mail para se chegar a um consenso sobre quem serão os pareceristas de uma determinada obra.

Sobre os direitos autorais, André consultou a Gestec sobre as diferenças entre cessão e licença de direitos autorais. A licença é uma cessão temporária do direito patrimonial e de reprodução da obra. A cessão pressupõe a cessão por tempo indeterminado dos direitos patrimoniais da obra. Com a cessão, a EPSJV passa a ter direito sobre a obra para republicações, divulgação no site, entre outros. No caso da EPSJV, o CPE defende que seja feita a cessão, garantindo que os direitos patrimoniais de uma obra publicada com recursos públicos sejam da instituição pública que a financiou.

Em relação à aprovação de pareceres, André esclareceu que todos os pareceres são enviados por e-mail aos membros do CPE antes das reuniões nas quais haverá deliberação sobre eles, garantido assim que todos terão acesso ao conteúdo integral dos pareceres. Na reunião, os pareceres são lidos ou apresentados de forma resumida por seus autores antes da deliberação sobre os pareceres.

Após os debates, ficou definido que seriam incluídas no texto do fluxo de tramitação as informações que os pareceres serão enviados pela coordenação do CPE a todos os membros antes das reuniões presenciais nas quais eles serão discutidos e que os pareceres são lidos ou apresentados em reunião presencial do CPE.

O CD EPSJV, exceto a representação do Lateps, que se absteve, aprovou o restante do texto sem modificações e decidiu que a questão dos direitos autorais seria discutida na CT de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da EPSJV.

No segundo semestre de 2016, está prevista uma discussão sobre a Política Editorial da EPSJV, que está sendo revisada pelo CPE, que apresentará uma nova proposta para ser discutida pelo CD EPSJV.

2 – Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos: Fluxo de Editoração, Impressão e Distribuição de Publicações

Talita Rodrigues fez uma breve apresentação da proposta de Fluxo de Editoração, Impressão e Distribuição de Publicações elaborada pela Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos (CCDE). Em seguida, os membros do CD EPSJV apontaram suas dúvidas em relação aos fluxos e pediram esclarecimentos sobre algumas questões. Foi sugerido que a CCDE defina prazos para a realização das etapas de produção de um livro, especifique como é feita a comunicação entre a CCDE e os autores/organizadores das obras e detalhe como devem ser as imagens que serão usadas nos livros, dentre outros pontos.

Após ser questionada pela coordenação do Laborat, a CCDE esclareceu sobre o processo de produção do livro "Políticas de Participação e Saúde", que levou dois anos para ser concluído, pois a obra teve que ser refeita pelos profissionais da CCDE, mesmo já tendo sido revisada e diagramada por profissionais externos, pagos com recursos do projeto que deu origem à publicação. Além disso, outros entraves atrasaram a conclusão do trabalho como a demora em receber os arquivos dos organizadores, greve da Fiocruz em 2015 e atrasos no processo de licitação da gráfica.

Após os debates, ficou definido que a CCDE irá incorporar as mudanças propostas e um novo documento será apresentado ao CD EPSJV para deliberação.

3 – Portaria 958/2016: Saúde da Família/ACS

Camila Borges, Cristina Morel e Danielle Moraes, que fazem parte da coordenação do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde (CTACS) da EPSJV, apresentaram os principais pontos a serem discutidos a partir da Portaria 958/2016, que retira a obrigatoriedade da inclusão do Agente Comunitário de Saúde (ACS) nas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF). A partir de um texto produzido por Mariana Nogueira, que também faz parte da coordenação do CTACS, elas falaram sobre as consequências da portaria para o modelo de Atenção Básica e para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Pela portaria, o ACS poderia ser substituído por um auxiliar ou técnico de Enfermagem. Elas destacaram que o ACS tem a especificidade de trabalhar com a promoção da saúde e lembraram das lutas dos agentes por seus direitos trabalhistas (formação técnica, questões salariais, vínculos trabalhistas), que podem estar ameaçados com essa nova política. Elas observaram ainda que a retirada dos ACS das equipes da ESF é um retrocesso no modelo de Atenção em Saúde do SUS.

A coordenação do CTACS falou ainda sobre as premissas neoliberais que estão por trás da portaria, sobre as questões de gestão do SUS e que os argumentos de redução de custos levantados pelo Conasems não se sustentam, pois a portaria trocava um

profissional de custo baixo (ACS) por outro que também tem baixo custo (auxiliar ou técnico de Enfermagem). Além disso, aumentaria a contratação do profissional de Enfermagem, cuja formação é feita principalmente pela iniciativa privada.

A coordenação do curso propôs que seja criado um GT na Escola para debater a portaria. A primeira reunião do grupo já está agendada para o dia 24 de maio, às 14 horas, na sala 121 da EPSJV. Outra proposta é que a EPSJV faça uma carta de repúdio à portaria e solicite esclarecimentos ao Ministério da Saúde sobre os efeitos da portaria.

Os membros do CD EPSJV debateram o assunto, ressaltando que a portaria poderia significar o fim da Estratégia de Saúde da Família e que as discussões sobre a portaria não poderiam ser feitas de formas descolada da atual conjuntura política do país, que pode trazer outros retrocessos em diversas áreas, não apenas na Saúde.

O CD EPSJV decidiu que a carta de repúdio seria divulgada o quanto antes e que outros documentos poderiam ser produzidos pela Escola a partir das discussões do GT.

A coordenação do CTACS informou ainda que, no dia 18 de maio, haveria uma paralisação nacional dos ACS em protesto contra a portaria e outras questões salariais dos ACS, que hoje são cerca de 300 mil profissionais em todo o Brasil.

4 – Informes

Reunião aberta

Será realizada, no dia 19 de maio, uma reunião aberta na EPSJV para debater a atual conjuntura política do país.

A Direção informou que a Fiocruz criou um grupo para se posicionar sobre a atual situação política do Brasil e os impactos dessas mudanças na Fiocruz e no serviço público federal. As discussões estão divididas em quatro temas principais: impactos no SUS, na política de Ciência e Tecnologia, na política de Vigilância em Saúde e no Complexo Produtivo em Saúde. O grupo se reuniu pela primeira vez no dia 11 de maio e Paulão fez parte do grupo. Nos dias 30 e 31 de maio, o CD Fiocruz irá se reunir para discutir o assunto.

Agradecimento

A coordenação do Lic-Provoc agradeceu ao trabalho da Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos, em especial ao profissional Maycon Gomes, pelo trabalho realizado durante a Semana de Vocação Científica do Provoc, que aconteceu de 2 a 6 de maio.

Recredenciamento docente na pós-graduação

O colegiado da Coordenação de Pós-graduação da EPSJV concluiu o processo de credenciamento dos docentes dos cursos de pós-graduação da Escola. O processo foi feito baseado em critérios estabelecidos por uma comissão.

Ainda este ano, uma nova comissão será formada para fazer o credenciamento de novos docentes da Escola para os cursos de pós-graduação.

Curso de Especialização em Educação Profissional em Saúde – Cooperação Udelar (Uruguai)

A EPSJV inicia, no dia 19 de julho, o Curso de Especialização em Educação Profissional em Saúde em cooperação com a Universidad de La República (Udelar), do Uruguai. O

curso, coordenado pela Coordenação de Cooperação Internacional da EPSJV, terá a duração de um ano, com momentos presenciais e de dispersão. As aulas serão realizadas no Uruguai, em julho de 2016 e fevereiro de 2017.

Raic na EPSJV

No dia 20 de maio, acontece a Raic na EPSJV, com apresentação dos trabalhos dos bolsistas Pibic da graduação e do Ensino Médio.

Obras na EPSJV

O pátio interno da Escola será liberado para uso a partir desta semana. Um informe mais completo sobre o andamento das obras será enviado pelo Politec-I.

Estágio docente

Está sendo discutido na CT de Ensino e Informação o fluxo de entrada de estagiários de licenciatura na EPSJV. Paralelamente, está sendo debatido também o estágio em docência para pós-graduandos. Os dois temas serão discutidos nos colegiados dos laboratórios e voltarão a ser pauta da CT de Ensino e Informação.

Credenciamento lato sensu

A Fiocruz recebe, de 21 a 25 de junho, a visita de uma comissão do MEC como parte do processo de credenciamento da Fundação para certificar cursos lato sensu.

CD EPSJV

A reunião do CD EPSJV que estava prevista para o dia 31 de maio será remarcada em função da convocação de uma reunião do CD Fiocruz nos dias 30 e 31 de maio.

Vigilância

Os alunos de uma das turmas do Curso Técnico de Vigilância em Saúde iniciaram no dia 17 de maio o período de estágio do curso. A outra turma inicia o estágio no dia 20 de maio.

Presentes:

Paulo César Ribeiro (Direção)
Marcela Pronko (Direção)
Páulea Zaquini (Direção)
José Orbílio (Direção)
Marco Antônio (Labform)
André Feitosa (Lateps)
Alexandre Moreno (Labman)
Márcia Soares (Lires)
Adelyne Pereira (Labgestão)
Isabela Cabral (Lic-Provoc)
Maria Emília Souza (Reprepoli)
Leandro Medrado (Latec)
Ieda Barbosa (Lavsa)
Maria Cecília Carvalho (Laborat)
André Dantas (CPE/convidado)
Camila Borges (Laborat/convidada)
Cristina Morel (Laborat/convidada)
Danielle Moraes (Laborat/convidada)